



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
Código Postal 8104-001

1  
*[Handwritten signatures]*  
luc

350/2018

**CONTRATO PARA LOCAÇÃO DE MONOBLOCOS PARA A  
EB 2/3 D. DINIS EM QUARTEIRA, PELO PERÍODO DE 28  
MESES, PELO VALOR GLOBAL 168.463,00€, ACRESCIDO  
DE IVA À TAXA LEGAL**

Aos três dias do mês de Setembro do ano de 2018, em Loulé, no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, Maria Ricardo Correia Pinto Guerreiro, oficial público dos contratos, da Câmara Municipal de Loulé, conforme despacho emitido pelo Senhor Presidente da Câmara no dia dezassete de outubro de dois mil e dezassete, é celebrado o presente contrato:-----

Entre o **MUNICÍPIO DE LOULÉ**, pessoa coletiva número 502098139, com sede na Praça da República, em Loulé, representado por **VÍTOR MANUEL GONÇALVES ALEIXO**, na qualidade de seu Presidente, com poderes para o ato, nos termos legais e a firma **U.E.M. – UNIDADE DE ESTRUTURAS METÁLICAS, S.A.**, com sede no Parque Industrial, Pav. E e F, Lousada, com o capital social de 260.000,00€, com o número único de matrícula e pessoa coletiva número 502505729, representada por **PEDRO NOBRE FERNANDES** portador do Cartão de Cidadão número 12551586 8ZY0, válido até 29 de Julho de 2019, contribuinte número 223410268 e, o qual outorga na qualidade de procurador, com poderes para o ato conforme consta da procuração datada de 22 de Março de 2018, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

**PRIMEIRA:** Por despacho do Sr. Vice - Presidente de **27 de Agosto de 2018**, e na sequência de Concurso Público, cujo anúncio foi publicado no Diário da República número 143, II Série de 26 de Julho de 2018, é adjudicado à empresa **U.E.M. – UNIDADE DE ESTRUTURAS METÁLICAS, S.A.**, o contrato para “**LOCAÇÃO DE MONOBLOCOS PARA A EB 2/3 D. DINIS EM QUARTEIRA, PELO PERÍODO DE 28 MESES**” pelo valor global 168.463,00€ (cento e sessenta e oito mil quatrocentos e sessenta e três euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme caderno de encargos e proposta do adjudicatário, e demais elementos patentes no concurso que se consideram integrados no presente contrato, tendo o encargo cabimento na rubrica orçamental **02/02.02.08**.-----

A despesa referente a este contrato tem o compromisso orçamental n.º **6502**, e o LCPA n.º **10394**, no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

**SEGUNDA:** O objeto do contrato consiste na contratação da locação de monoblocos para EB 2/3 D. Dinis em Quarteira, conforme descrito na Parte II do caderno de encargos. -----

**TERCEIRA:** O preço base do procedimento é de € 168.463,00 (cento e sessenta e oito mil quatrocentos e sessenta e três euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, e corresponde ao preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato. -----

**QUARTA:** O prazo de locação é de 28 (vinte e oito) meses, com início a 1 de Setembro de 2018, devendo a montagem estar concluída a 31 de Agosto de 2020. -----

**QUINTA:** São da responsabilidade do Município, o controlo e fiscalização dos trabalhos com vista a verificar se se encontram reunidas as condições e requisitos técnicos, devendo o adjudicatário designar um técnico responsável pelo acompanhamento dos trabalhos de montagem e de desmontagem das estruturas. -----

Durante o decorrer dos trabalhos de montagem e desmontagem, bem como o período em que as estruturas estão montadas deverão ser cumpridas todas as normas de segurança legalmente exigidas. -----

**SEXTA:** As quantias devidas pela Entidade Adjudicante serão pagas no prazo de 60 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva. -----

**SÉTIMA:** Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais: -----

- a) Obrigação de cumprimento do estipulado no caderno de encargos; -----
- b) Os encargos decorrentes do transporte (entrega e restituição), montagem, desmontagem, execução de bases de assentamento, seguros, execução de infraestruturas necessárias ao funcionamento das instalações; -----
- c) Os encargos decorrentes da reparação / manutenção de deterioração / danos do equipamento salvo se os mesmos forem imputáveis à Entidade Adjudicante, utilizadores ou outros. -----

2- A título acessório, o adjudicatário, fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo. -----



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**

Código Postal 8104-001

3

**OITAVA:** O adjudicatário deve guardar sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a actividade da entidade adjudicante .-----

**NONA:** Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:-----

a) No caso de ocorrer atraso relativamente aos prazos estabelecidos no artigo 3.º do caderno de encargos, será aplicada uma pena pecuniária calculada sobre o tempo de atraso que corresponderá a 2% (dois por cento) do valor global do contrato por cada dia útil de atraso, até ao limite de 20% do preço contratual.-----

**DÉCIMA:** Não podem ser impostas sanções ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar. -----

Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos acima descritos, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.-----

Não constituem força maior, designadamente o descrito nas alíneas a) a g) do número 3 do artigo 11º do caderno de encargos. -----

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.-----

A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.-----

**DÉCIMA PRIMEIRA:** Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos: -----

Quando se verificarem incumprimentos, ou seja atraso na entrega superior a 30 dias.-----



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
Código Postal 8104-001

4

Quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo adjudicatário.-----

**DÉCIMA SEGUNDA:** Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:-----

Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.-----

A resolução do contrato nos termos acima referidos não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.-----

**DÉCIMA TERCEIRA:** A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.-----

**DÉCIMA QUARTA:** De acordo com o previsto no nº 1 do artigo 290º - A do CCP o gestor designado com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato é Luís Inácio, Chefe da Unidade Operacional de Gestão de Equipamentos Escolares.-----

**DÉCIMA QUINTA:** Que, nos casos omissos ao presente contrato, ou aos documentos a ele anexos, aplicar-se-ão as normas legais em vigor e supletivamente o disposto no CCP, e restante legislação aplicável.-----

Que este contrato foi precedido de minuta, aprovada por despacho do Sr. Vice - Presidente de 27 de Agosto de 2018, e aceite pela representada do segundo outorgante.-----

Do presente contrato fazem parte três anexos:-----

Programa de Procedimentos;-----

Caderno de Encargos;-----

Proposta do Adjudicatário;-----

Publicação no Diário da República e informações técnicas.-----

E, que ambos os outorgantes aceitem este contrato nos precisos termos exarados, de que tomaram integral conhecimento, assim como dos documentos anexos, que depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes.-----

**O PRIMEIRO OUTORGANTE,**



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
Código Postal 8104-001

**OS SEGUNDOS OUTORGANTES,**

*Julian Fernandes*  
 **U.E.M.**

Unidade de Estruturas Metálicas, S.A.

**O OFICIAL PÚBLICO DOS CONTRATOS,**

*Paula Ricardo Correia Pinto Guerreiro*

*Silvia*

